

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: a dinâmica imobiliária no Brasil no contexto da financeirização do capital e do sentimento de urgência

Autor: Bruno Xavier Martins¹

No dia 22 de Janeiro de 2012, cerca de seis mil pessoas foram expulsas de suas casas na região do Pinheirinho, em São José dos Campos/SP. Também em janeiro do mesmo ano, sob a justificativa de uma campanha policial de repressão às drogas, retirou-se uma enorme quantidade de moradores e usuários de drogas da região conhecida como Cracolândia, sendo esta uma ação direta do projeto “Nova Luz” de reurbanização do centro de São Paulo. Além disso, projetos mais antigos, como as operações urbanas das Águas Espraiadas e a “Nova Faria Lima”, passaram por situações semelhantes. O discurso da construção de uma “cidade global”, que tem a “[...] cultura como alavanca para a valorização fundiária e imobiliária [...]” (FERREIRA, 2010) é um dos marcos de sustentação destas políticas. Da mesma maneira, o da “preservação e recuperação ambiental”, que tem sustentado a remoção de milhares de famílias na zona sul de São Paulo, e o dos grandes eventos esportivos (Copa 2014 e Olimpíadas 2016) como capazes de gerar milhares de empregos e renda, além de atrair grandes investimentos², já acarretou outras consequências à população³. Ao mesmo tempo em que são expulsas e/ou desapropriadas, tantas outras pessoas alcançam o “sonho da casa própria” a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, entrando em um esquema de endividamento de longo prazo que leva o “trabalho futuro” a ser uma categoria fundamental para entendermos o atual cotidiano urbano⁴. Estas situações, na medida em que caminham juntas com o crescimento intensivo, na última década, do total de lançamentos imobiliários, corrobora com a afirmação de Harvey (2004) de que a acumulação do capital parece ter no setor imobiliário um importante instrumento de sua realização, especialmente nos momentos de crise. Acumulação e crise ao mesmo tempo? Sim. Voltaremos a isso mais adiante.

¹ Aluno do programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP e bolsista da FAPESP. A participação neste evento foi realizada com auxílio da reserva técnica desta instituição. Email para contato: bruno_x_martins@hotmail.com.

² “Mais da metade do investimento mundial no mercado imobiliário está concentrado em 30 cidades [...] As duas brasileiras são São Paulo e Rio de Janeiro, que devem continuar entre as líderes nos próximos anos devido aos investimentos para a Copa e Olimpíada.” (Folha de São Paulo, 03/02/2012)

³ Claudio Bernardes, presidente do Sindicato da Habitação (Secovi), indica qual poderão ser os próximos alvos de grandes investimentos do mercado imobiliário na cidade de São Paulo. Em entrevista, ele afirma que “existem espaços nas cidades onde é possível fazer novas centralidades. Em São Paulo, há locais como Mooca, Pari, Santo Amaro, que são antigas áreas industriais, onde o preço não é tão alto, mas há espaços grandes.” (O Estado de São Paulo, 13/02/2012) Deste processo, prevê-se novas desapropriações.

⁴ Entre outras contribuições para este artigo, a indicação de trocar o termo “modo de vida urbano” por “cotidiano urbano” foi de Glauco Gonçalves.

Enquanto uma grande massa da população das cidades é atirada à pobreza absoluta através das desapropriações, tantas outras alcançam o que chamaremos de “pobreza urbana”⁵ (DAMIANI, 2011) - um cotidiano pautado pelo ritmo de vida endividado do Programa Minha Casa Minha Vida. O pacote habitacional, editado em caráter emergencial em 2009, após a crise mundial do ano anterior, e que ainda mantém sua urgência, é objeto do presente artigo, pois revela um modo crítico de produzir as cidades e o urbano ao concentrar inúmeras das contradições dos dias atuais.

Com 3,39 milhões de unidades contratadas em todo o país, o Programa propõe a solução de um dos problemas mais urgentes de toda a história brasileira – a moradia -, ao passo que explicita grandes contradições da urbanização e do capital, como veremos a seguir.

Qual será, portanto, o caráter da urbanização em curso nas cidades brasileiras que vem como decorrência do Programa Minha Casa Minha Vida? Quais os efeitos do planejamento dessa política habitacional para o desenvolvimento urbano e regional do país? Neste artigo, discutiremos o caráter de urgência no qual foi editado o PMCMV e como a existência de um estado de emergência constante permitiu colocar o Programa no que chamaremos de *urbanização crítica*.

Estado de sítio e urbanização crítica

Se fosse para buscar as bases dessas atuais turbulências e transformações nas cidades brasileiras eu diria que estamos vivendo em um constante “estado de sítio”. Paulo Arantes define o conceito em sua acepção mais pura:

“Qualquer que seja, aliás, sua denominação – estado de sítio, estado de exceção, estado de emergência ou urgência, plenos poderes, lei marcial etc. - , representa o regime jurídico excepcional a que uma comunidade política é temporariamente submetida, por motivo de ameaça à ordem pública, e durante o qual se conferem poderes extraordinários às autoridades governamentais, ao mesmo tempo em que se restringem ou suspendem as liberdades públicas e certas garantias constitucionais.” (ARANTES, 2007: 153-4)

⁵ Amélia Damiani (2011) não trata diretamente do PMCMV quando conceitua o que é a “pobreza urbana”. Ela toma os casos dos conjuntos habitacionais para entendê-los como uma ampliação do fenômeno da pobreza a partir da inserção de seus moradores na vida cotidiana. Essa derivação para o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida é nossa e visa enquadrar no cotidiano aquele indivíduo que tem acesso ao crédito, ou melhor, à dívida.

Este “estado” manifesta-se a partir de várias formas: crise urbana, crise ambiental, crise social, crise econômica. E a crise impõe ao imaginário geral soluções emergenciais como a necessidade inquestionável. É indiscutível, por exemplo, que uma população localizada em área de risco de desabamento deva ser dali removida; tal como a imensidão de pessoas que hoje ocupa áreas de preservação ambiental, principalmente aquelas mais próximas às grandes cidades; como também aquelas que se encontram de forma “ilícita” nas áreas mais centrais das cidades, seja para o uso de drogas, prostituição ou para as lutas que questionam a propriedade privada. Há um imaginário geral criado para uma cidade ideal, um projeto a ser alcançado ou, quando “mais realista”, um rumo no qual se direcionar: sem distorções, sem imperfeições. As pessoas, por exemplo, devem circular livremente nas ruas, com maior fluidez e segurança. Se para isso é necessário criar políticas que retirem ou isolem moradores de rua, crackeiros, indigentes, em pontos cegos no coração das metrópoles, isso não passa de um trabalho árduo, mas que deve ser feito, com objetivo bastante justificado. Se para uns viverem, outros devem morrer; se para uns terem teto, outros devem não ter, isso é mera consequência da civilização e, portanto, inquestionável. Parece haver um sentimento geral de busca por equilíbrio e progresso que não podemos nem devemos nunca refutar. O urbano não pode comportar na paisagem, em sua forma, o seu negativo, mas não consegue eliminá-lo de seu conteúdo. Por isso o constante empenho em esconder a sua forma contraditória, dada por um conteúdo que em todo momento a explode. A fome, o pobre, o vagabundo, o mendigo, o drogado, o endividado, o miserável, tudo isso é conteúdo das cidades hoje e é constantemente rechaçado em favor da imposição da ordem. O dilema crucial entre a manutenção da ordem e o respeito à integridade dos direitos do cidadão é ponderado com sensatez até que seja necessária uma ordem imposta⁶. “Daí o empenho grotesco, renovado a cada momento de transe, de legalizar a suspensão da legalidade.”⁷

Há na verdade um sentimento de confusão geral e que coexiste com este “estado de exceção”, que é na verdade a regra. Se é verdade que a regra surge juntamente com a exceção, não é a partir desse amálgama que compreendemos a realidade. Da mesma forma

⁶ No mês de junho de 2013, momento em que se deu a Copa das Confederações no Brasil, o país viveu uma onda de manifestações iniciadas pela pauta da redução das tarifas do transporte urbano. A população se acha vitoriosa em haver conseguido o direito de se manifestar “livremente” sem perceber que “a ordem” é pré-requisito para que isso ocorra. As forças militares atuaram em todo o país contra os manifestantes num cenário montado para a guerra, deixando claro que esta é a única forma moderna de impor o “bom funcionamento” da sociedade da mercadoria. Uma coisa fica evidente: o estado de sitio é um direito, dentro e fora dele, unilateral. Toda vez que a população esboçar o *seu* estado de sitio (como fez naquele mês), o Estado é obrigado a sobrepor o dele. Resultado aparentemente vitorioso disso tudo é o alastramento das manifestações pacíficas, com as quais fica fácil perceber o logro militar da internalização policialesca dentro de cada indivíduo. Todos rogam pela paz, uma vez que perceberam que a violência não é um direito deles, mas de quem agora os protege e é seu “parceiro”.

⁷ *Ibidem*: 155

que a lógica racional leva a crer que a opinião geral deva seguir os preceitos da lei, e tudo o que estiver fora deles ser considerado um distúrbio, é, ao mesmo tempo, irracional fugir constantemente da lei para sustentar o equilíbrio. No entanto, é justamente isso que acontece. Quando saímos da ditadura para a democracia, abandonamos o estado de sítio enquanto forma e conteúdo do estado de direito para cairmos numa forma jurídica que precisa burlar-se a todo instante com a intenção de adequar-se a seu conteúdo. É nesses termos que temos que enxergar as insurgências sócio-políticas atuais, que tomam corpo com os problemas que vieram à tona com a Copa do Mundo, mas que dizem respeito basicamente ao questionamento das formas de planejamento atuais, e mais especificamente às questões relativas ao espaço e a inserção nele da população das cidades. O Programa Minha Casa Minha Vida é parte integrante desse processo, já que a moradia é um dos problemas mais caros à sociedade brasileira e por isso um momento importante das reivindicações.

A ideia de que à atual crise da cidade deva existir uma *solução exata*, faz com que, na defesa de um Estado democrático, se escape das leis de proteção aos moradores das cidades com a justificativa de proteção a eles próprios. O atual grau de urbanização no qual se encontram os países centrais e também periféricos, como o caso brasileiro, necessita de um estado de sítio constante para o reestabelecimento da ordem e a manutenção de um caminho sempre direcionado ao equilíbrio, ou melhor, à sua ideia. O estado de sítio parece ser um conteúdo importante para se pensar o momento atual da urbanização brasileira, na qual visões tradicionais do desenvolvimento, há muito questionadas, não deixam de ser evocadas para a solução de problemas sempre novos.

A dinâmica imobiliária do Programa Minha Casa Minha Vida como fundamento do atual funcionamento do capital financeiro no Brasil

Essa situação descrita no item anterior pode ainda ser caracterizada de mais uma maneira, e agora nos termos mais específicos do PMCMV. Se antes o estado de sítio se referia mais a uma violência extraeconômica, ou seja, à presença da “mão forte” do Estado na integridade física do indivíduo, agora se tem também um estado de sítio que impõe uma emergência econômica justificada pela ideologia do progresso. É necessário enxergar violência no endividamento de longo prazo do Programa Minha Casa Minha Vida. O pacote habitacional, que teve sua primeira edição em 2009 e a segunda em 2011, ainda em andamento, surgiu da necessidade urgente da crise de 2008, sendo editado com o intuito de

aquecer a economia ao passo que tentava solucionar um dos problemas mais caros à história brasileira – a questão habitacional. A violência econômica posta para o indivíduo que contrairá uma dívida de 30 anos, colocando o imperativo da concorrência individual no cotidiano, é facilmente naturalizada. Sem contar os meandros ainda não perceptíveis do que será o cotidiano urbano com o conteúdo generalizado da dívida.

Qual será, portanto, o caráter da urbanização em curso nas cidades brasileiras que vem como decorrência do Programa Minha Casa Minha Vida? Há aqui uma transferência da preocupação e o problema se coloca de uma outra forma: não se trata, neste momento, de pensar em soluções possíveis para os problemas de uma urbanização dada - tal como a ideia de crise do urbano ou da cidade nos impinge a fazer quando da necessidade de encontrar “soluções” a todo tempo excepcionais -, mas de uma questão *a priori*: trata-se de trazer à tona qual a forma de pensar um urbano que necessita de um estado de sítio constante para se justificar. Ou seja, estamos falando de um processo urbano que não dá conta de seu próprio processo sem intervenções violentas constantes.

Trata-se de pensar a urbanização enquanto a impossibilidade do urbano para todos e, portanto, como uma *urbanização crítica* (DAMIANI, 2004). Assim define melhor a autora:

“O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbano como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é a urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que nos seus fundamentos e subterrâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação de meios de vida e de produção, de embate entre as formas do dinheiro – a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma dinheiro como capital – é a urbanização crítica. A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica.” (DAMIANI, 2004: 39)

A urbanização, sendo crítica, traduz-se no negativo do pensamento idílico sobre ela própria. Traz para o interior da análise o que antes era considerado uma falha do sistema: o negro, o pobre, o sem teto, o mendigo, o craqueiro, o desempregado, o endividado. Encara o sentimento de esperança como preenchimento ao vazio do fenômeno da pobreza de nossa

época. A felicidade é alcançada com acesso aos créditos ou com altas doses de Prozac. Quando vem o crédito, surge um teto e abriga toda uma família. Todos se inserem, mas na verdade nunca houve exclusão, mas sim inclusão precária. O “sonho da casa própria”. São todos proprietários! Proprietários não lutam contra propriedades. O sonho e a realização da casa própria eliminam as possibilidades de luta para a aquisição da própria casa. “Esta economia se realiza negando o que ela mesma impulsionaria. [...] Realiza-se como negado. Potencialmente existe, no momento em que se torna real, se realiza invertido, como miséria, crise, destruição, desumanidade, barbárie.”⁸

A urbanização decorrente de tão vultuosos investimentos do governo federal para o Programa Minha Casa Minha Vida é crítica? Não poderia ser de outro jeito.

Conjuntos gigantescos de casas/apartamentos idênticos estão sendo criados nos arredores dos espaços centrais das cidades, num movimento bastante claro de implosão-explosão (LEFEBVRE, 2008: 25) que só inclui os moradores do Programa na vida urbana, na medida em que os exclui de seus aspectos positivos. Possuem casa própria: conta de luz, água, telefone; emprego: deslocamento de horas entre a residência e o trabalho; desemprego: preocupação, constrangimento, fome, miséria; créditos para o consumo: sociabilidade endividada; créditos de longo prazo para o financiamento habitacional: endividamento eterno.

A lógica econômica na qual o espaço está se reproduzindo consegue revelar o caráter problemático do Programa. O “sistema produtor da mercadoria-habitação”, implantado ferozmente a partir de 2009 (PMCMV I), traz ainda entre alguns autores o questionamento se é ele de aporte conjuntural, como forma de salvamento da crise de 2008-2009, ou se é estrutural, pensado a resolver de fato o problema da habitação no Brasil. Alguns dados, entretanto, podem nos indicar o caminho a essa resposta:

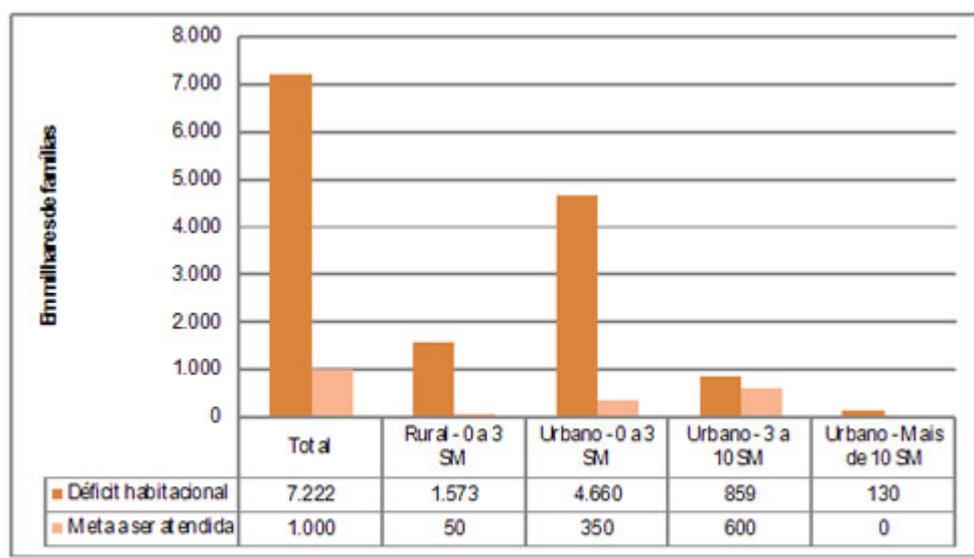
“97% do subsídio público disponibilizado pelo pacote habitacional, com recursos da União e do FGTS, são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas, e apenas 3% a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para produção de habitação urbana e rural por autogestão. [...] o déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total, mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público. [...] Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano concentra-se abaixo dos 3 salários mínimos, mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do

⁸ Ibidem: 38

total do déficit para esta faixa.” (ARANTES e FIX, 2009)

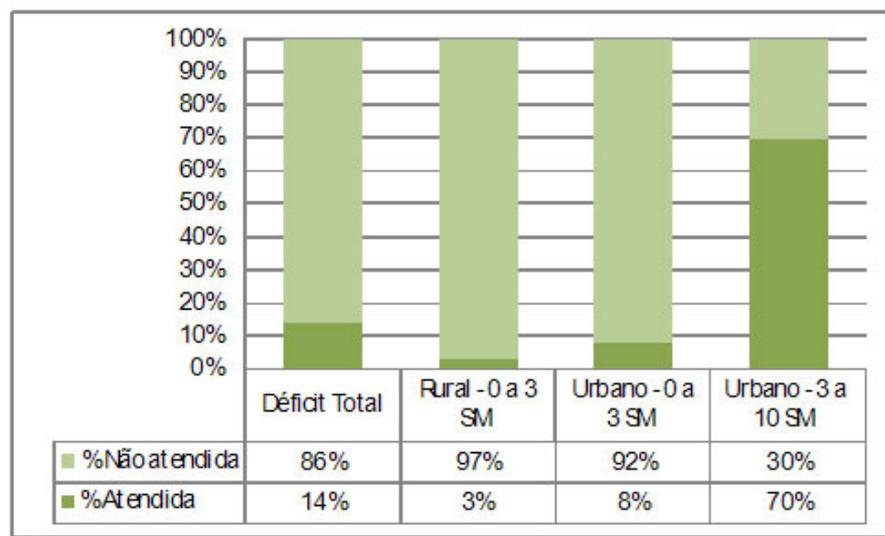
Deste modo, o que está posto é o caráter conjuntural do Programa que, a reboque do processo de acumulação do capital, resolve parcial e parcamente o problema estrutural do déficit habitacional no Brasil. Os gráficos abaixo sintetizam essa ideia.

Quadro 1 – Descolamento entre atendimento do pacote e perfil do déficit



Fonte: ARANTES, P. & FIX, M, 2009. Dados da Fundação João Pinheiro para o déficit habitacional calculado com base no IBGE para o ano 2000.

Quadro 2 – Porcentagem de atendimento ao déficit habitacional por faixa salarial



Fonte: ARANTES, P. & FIX, M, 2009. Dados da Fundação João Pinheiro para o déficit habitacional calculado com base no IBGE para o ano 2000.

Como se observa nos gráficos, o fundamento do programa não está em equacionar o déficit de moradia, especialmente localizado entre a população de menor rendimento (0 a 3 s.m.). Assim, se se trata de um Programa que surge conjunturalmente, quais são as condições histórico-sociais para a sua implementação? Desde o fim do BNH (Banco Nacional de Habitação), em 1986, o segmento imobiliário da habitação no Brasil entrou num longo jejum de financiamento que foi contornado pouco a pouco, durante os vinte anos seguintes. De 2005 em diante, quando ocorreu a abertura de capital das incorporadoras na bolsa de valores, há evidências de uma possível relação entre a expansão dessas empresas (e da economia como um todo) e o grau de endividamento das mesmas.

Um certo *boom* imobiliário tornou-se claro de 2007 em diante e políticas de caráter anticíclicas, que visavam contornar os problemas causados no Brasil decorrentes da crise mundial, consideradas sempre como medidas imediatas, num constante estado de exceção econômico (PAULANI In.: SIMONI, 2013), passaram a ser mais comumente aplicadas, sobretudo após 2009. Estava dado o cenário onde um novo estado de emergência econômico justificava as ações governamentais: “a crise, a questão habitacional e a necessidade de canalização de liquidez aos segmentos privados da acumulação se articulam a partir de uma política anticíclica editada em caráter de urgência.”⁹

O Estado nacional passa a se mover “[...] por automatismos num ambiente dominado pelas emergências econômicas definidas pelo mercado ou pelo capital.” (SIMONI,

⁹ Ibidem.

2013: 230) Uma coisa se torna urgente: a remuneração desse capital financeiro internacional que então fluía para o país em busca da remuneração dentro das incorporadoras brasileiras. A crise passa a funcionar como a justificativa econômica para a realização do PMCMV e o déficit habitacional (real e existente) como a justificativa ideológica, que permitiu o “sonho da casa própria”, juntamente com o bom momento do mercado interno, servir de lastro ao capital fictício que agora fluía com mais intensidade para o país em busca das promessas do setor imobiliário. Como solucionar essa questão urgente? O PMCMV é parte disso, justificado pelo imperativo do progresso e por um rol de outras ideias as quais parece ser impossível refutar nos dias atuais: sair da crise, solucionar a questão habitacional, dar lucro as incorporadoras e remunerar o capital financeiro internacional que supostamente entra para melhorar as contas do país etc.

Apesar do caráter de emergência da política brasileira ganhar força e abrangência com o Programa, ele é anterior a este e anterior até mesmo ao governo Lula. O monetarismo do governo FHC¹⁰, por exemplo, era editado em caráter emergencial dentro das políticas públicas daquela época. Mas o que já foi urgente agora é “natural”, e chega hoje já incorporado na estrutura das políticas econômicas e sociais.

“Curiosamente, um movimento de inversão parece operar dentro desse estado de emergência econômico. Se durante os governos FHC o que era editado em caráter de urgência era aquilo que está na base da atual política monetarista, hoje esta última é que está instituída como a estreita plataforma a partir da qual a política econômica é pensada.”¹¹

Novas urgências são colocadas a partir das já estabelecidas dentro da política econômica. O Programa Minha Casa Minha Vida é editado de última hora no gabinete da Casa Civil, sem a participação popular e como o estímulo à construção civil considerado necessário dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O pacote passa a cumprir uma função importante para a situação que se coloca como emergencial: ele passa a atrair o capital internacional para as incorporadoras com a promessa de uma alta remuneração.

Até então, a alta taxa de juros brasileira era a responsável pela captação da liquidez mundial no país, mas a crise mundial em 2008 trouxe insegurança para os investidores, que sugaram seus capitais de todo o mundo e o destinaram aos papéis da dívida

¹⁰ A política monetária do governo FHC compreendia, entre outras coisas o respeito às metas de inflação e o comprometimento com as altas taxas de juros que remuneravam o capital financeiro.

¹¹ Ibidem: 237

americana, mesmo que a juros negativo. O Brasil já não poderia depender unicamente de sua política monetária para atração desse capital internacional e:

“após a crise, as políticas de suposta inclinação keynesiana e de dinâmica territorialmente expansionista ganharam espaço ainda maior e desempenharam bem a função que os sucessivos aumentos na taxa básica de juros até então vinham desempenhando sozinhos.”¹²

Explorar o potencial do mercado interno passou a ser prioridade para o governo no intuito de atrair o capital internacional que enxergaria nos setores estratégicos do país, como na construção, por exemplo - pois a partir dela exerce-se um grande dinamismo entre os diversos setores da economia -, a oportunidade de vincular a estabilidade econômica do país às altas expectativas de remuneração do capital que se destinaria às incorporadoras.

Apesar de algumas continuidades existentes entre o governo FHC e o governo Lula, como, por exemplo, a política monetária, as elevadas taxas de juros mantidas durante todo o período, o respeito às metas de inflação, dentre outras, o mercado acionário brasileiro, que compreende os mais diversos setores, sofreu uma mudança significativa e apresentou-se como possibilidade atrativa de investimentos: “diferentemente dos segmentos exportadores de *commodities*, as empresas de incorporação [...] estavam aptas a aproveitar o bom momento que o mercado interno experimentava.” Essas novas possibilidades econômicas do mercado interno, que inclui a redução da taxa de juros, causaram mudanças nos padrões de investimento verificados no mercado financeiro. Grandes montantes de dinheiro originários do capital financeiro internacional em busca de valorização passaram a ter no Brasil destino certo, posto que o governo federal agora apostava no setor imobiliário. “É nesses termos que, num cenário de relativa redução de juros, a política urbana e habitacional passa a desempenhar melhor o papel antes atribuído quase que exclusivamente à emissão dos títulos da dívida pública.”¹³ Ela serve de porta de entrada aos capitais internacionais - a partir deste novo momento mais sujeitos à boa fase de desenvolvimento da economia interna e menos expostos ao centro do capitalismo em crise. As novas formas e dispositivos da política econômica serviram para manter a dominação financeira ainda sob os mesmos preceitos que anteriormente. Assim, a partir do surto expansionista do mercado imobiliário brasileiro e, mais especificamente do Programa Minha Casa Minha Vida, encontra-se:

¹² Ibidem: 239

¹³ Ibidem: 240-1

“[...] todo o território nacional na condição de ‘plataforma da valorização internacional’, dando origem a uma dinâmica igualmente híbrida em termos espaciais e que reforça a centralização do capital por meio da expansão periférica de parte do investimento.”¹⁴

Com o Programa Minha Casa Minha Vida, o Brasil aprofunda a internalização no brasileiro deste estado de sítio que vimos falando, na forma dum constante estado de emergência econômico. O crédito a longo prazo, na forma emergencial da dívida a se pagar, colocado para o financiamento do Programa, impõe um constrangimento ao morador das cidades, que agora deve tentar adequar o ritmo de seu cotidiano ao ritmo de pagamento das dívidas e de seus encargos. Trata-se de uma violência subjetiva, internalizada pelo indivíduo que se constrange na impossibilidade de pagá-la. A violência agora se encontra na virtude da sociedade da mercadoria: o dinheiro. O problema é que com o esquema de endividamento geral da sociedade, boa parte da população parece encontrar-se num purgatório - passam a vida tentando não tocar na miséria nem conseguindo eliminar uma rotina violenta.

Considerações Finais

O trajeto escolhido no presente trabalho buscou compreender como a *urbanização crítica* e as determinações críticas do capital financeiro no Brasil se correlacionaram a partir da implementação emergencial do Programa Minha Casa Minha Vida. O Pacote Habitacional parece ter ajudado no estabelecimento do elo global da remuneração desse capital em crise em todas as esferas da sociedade: Estado, empresas e indivíduos.

Para salvar as incorporadoras nacionais que estavam prestes a quebrar com uma crise no setor, seguida da crise mundial de 2008, o governo brasileiro lança o Programa Minha Casa Minha Vida e atrela, de forma inédita, e crítica, a resolução de um dos problemas mais caros à sociedade brasileira (a questão da habitação) ao salvamento do grande capital financeiro internacional ligado a essas incorporadoras. O salvamento deste capital nessas empresas compreendeu em criar um forte elo entre os fundos públicos e o capital internacional e teve como importante resultado a concretização de um Estado nacional em

¹⁴ Ibidem: 241

bases fictícias, ao estabelecer os desejos de remuneração do capital internacional no Brasil ao setor imobiliário então crescente.

Para que isso desse certo, o governo precisou expandir os créditos, as dívidas melhor dizendo, e permitir o aumento do endividamento de toda a sociedade brasileira. Um novo cenário está montado: empresas, Estado e indivíduos fazem parte agora de um esquema de endividamento geral da sociedade, sem o qual a remuneração do capital financeiro não poderia se garantir.

O que temos de novo neste em relação a outros planos habitacionais ou formas de endividamento é que agora um grande montante da população brasileira está endividado sob outros parâmetros. Seu credor dos trinta longos anos de financiamento do PMCMV é o Estado nacional brasileiro, único agente de contratos que possui o monopólio da violência, e a velocidade necessária de remuneração do capital já não é estatal, mas a velocidade do capital financeiro internacional. A relação com o tempo e com o espaço no cotidiano urbano sofre alterações importantes no momento em que o capital financeiro alcança todas as esferas da sociedade.

Essas mudanças fazem impor ao cotidiano novas formas de pobreza, para além da pobreza absoluta e miserável a que estamos acostumados a ver no nível do fenômeno. Agora, o alcance do cotidiano e a inclusão no que se chamou de “pobreza urbana”, inclui algo mais sutil e de difícil percepção. Trata-se de ampliar o conceito de pobreza e colocar aí o sujeito endividado no longo prazo do PMCMV.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo. (2007) *Estado de sítio*. São Paulo: Editora Boitempo.

ARANTES, P. & FIX, M. “Minha Casa, Minha Vida’: o pacote habitacional de Lula”. *Correio da Cidadania*. De 30 de julho de 2009. Sem página.

http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=171 (acesso em 10/03/2013)

BOTELHO, Adriano. (2007) *O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: editora Annablume.

CARLOS, A.F.A. (2012) *Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico*. In.: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.) *A*

produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p.53-74.

DAMIANI, Amélia Luisa. *A cidade (des)ordenada e o cotidiano*. 2011. citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/download/215/195 (acesso em 01/07/2013)

_____. (2004) *Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da Metrópole de São Paulo*. In.: CARLOS, A.F.A. & OLIVEIRA, A.U. Orgs. *Geografias de São Paulo: Representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto. p. 19-58.

FEREIRA, João Sette W. (2010) *Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um urbanismo às avessas*. In.: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Orgs.) *Hegemonia as avessas: economia política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo.

HARVEY, David. (1990) *Los Limites Del Capitalismo y La Teoria Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica.

_____. (1992) *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Editora Loyola.

_____. (2004) *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola.

_____. (2011) *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henry. (1991) *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Editora Ática.

_____. (2008) *A Revolução Urbana*. Editora UFMG: Belo Horizonte.

_____. (1969) *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Documentos.

MARTINS, Flávia Elaine da Silva. (2010) *A re(produção) social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo*. São Paulo: Teses USP.

SANTOS, César Ricardo Simoni. (2013) *A Nova Centralidade da Metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana*. São Paulo: Teses USP, exemplar do CAPH.